



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – **ENANCIB 2015**
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Comunicação oral

BIBLIOTECAS NACIONAIS: MEMÓRIA, HISTÓRIA, CONCEITOS¹

NATIONAL LIBRARIES: MEMORY, HISTORY, CONCEPTS

Luciana Grings, UNIRIO
lgrings@gmail.com

Vera Dodebei, UNIRIO
dodebei@gmail.com

Resumo: Apresenta uma revisão bibliográfica sobre a história das bibliotecas nacionais e a evolução dos conceitos aplicados a estas instituições. A história das bibliotecas nacionais inicia primordialmente com as bibliotecas de Alexandria e Pérgamo, que tinham como proposta o colecionismo exaustivo. Com o estabelecimento dos Estados-nação no início da era moderna, as bibliotecas das famílias reais europeias passaram a exercer papéis de preservação e difusão de seu patrimônio cultural, mas também de manutenção identitária. Ao longo do século XX, a definição e as funções das bibliotecas nacionais foram se firmando por meio de discussões técnicas e eventos científicos, principalmente durante as décadas de 50 e 70. O advento da sociedade da informação forçou as bibliotecas nacionais a adequarem-se aos novos tempos, gerando uma crise de identidade nas instituições.

Palavras-chave: Bibliotecas nacionais. Patrimônio cultural.

Abstract: The paper presents a theoretical revision about the history of the national libraries and the conceptual evolution of these institutions. The history of the national libraries begins primarily with the Alexandria and Pergamum libraries, which proposed the exhaustive collection of books. With the establishment of nation-states in the early modern era, the libraries of the European royal families have come to play roles of preservation and dissemination of their cultural heritage, but also of identity maintenance. Throughout the twentieth century, the definition and functions of national libraries were established itself through technical discussions and scientific events, especially during the decades of 50 and 70. The advent of the information society has forced national libraries fit it to new times, generating an identity crisis in the institutions.

Keywords: National libraries. Cultural heritage.

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

De certa forma, a história das bibliotecas nacionais está ligada ao próprio processo de consolidação dos Estados Nacionais da Europa. Muito além de recolher, catalogar e abrigar livros em estantes bonitas, essas bibliotecas tiveram uma importância simbólica e política imensas, pois sempre estiveram associadas a estratégias do conhecimento, a razões de Estado, a visões de mundo. (TRIGO, 2004, p. 10)

O trabalho que apresentamos é um excerto da revisão bibliográfica elaborada para a tese “A notável Jannice Monte-Mór na Biblioteca Nacional (1971-1979): ‘o maior acontecimento da biblioteconomia brasileira da década de 70’”, em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A tese procura entender em que medida a gestão de Jannice Monte-Mór, a primeira bibliotecária com formação técnica a dirigir a Biblioteca Nacional do Brasil, foi importante para a instituição, através de uma abordagem biográfica à luz dos conceitos da memória social e do patrimônio. Para tanto, entendemos que é importante não só apresentar a biografia de Jannice Monte-Mór e sua trajetória profissional, mas também traçar um percurso teórico a respeito das bibliotecas nacionais. A atuação destas bibliotecas foi sendo reconhecida e estabelecida ao longo da década de 70, contando com a colaboração de Jannice para sua consolidação no país, e é este o nosso assunto agora.

O colecionismo de livros é algo reconhecido na história da humanidade. Embora Campos (1994) e Martins (1998) apontem a existência de diversas bibliotecas importantes na Antiguidade, é inegável que as coleções de Pérgamo e Alexandria constituem eventos de maior relevância para a civilização e a cultura, sendo marcos na biblioteconomia muito antes mesmo desta se firmar como uma prática institucional. Alexandria, marcada por seus sucessivos incêndios, teve tamanha importância que seu intento de grandiosidade é, até hoje, perseguido pelo sonho de execução do controle bibliográfico universal.

A grande coleção egípcia, que intentava capturar todo o conhecimento escrito numa biblioteca universal, cresceu à custa dos saques às naus que aportavam na cidade de Alexandria, e não foi à toa que o bibliotecário Demétrio de Falera esteve à frente da constituição da coleção: sua ambição era pôr em prática o plano de construir uma biblioteca para Ptolomeu, o *seu rei*. Por ordem do faraó, os navios só podiam desembarcar com a condição de permitir as cópias dos documentos que portavam. Para tanto, copistas estavam sempre a postos, para copiar os manuscritos recém chegados e manter em Alexandria os papiros originais. Com esta estratégia, Alexandria pode ter acumulado cerca de 700 mil

volumes (MARTINS, 1998). Se este número estiver correto, Demétrio de Falera cumpriu sua promessa de acumular cerca de 500 mil rolos de papiro, contando para isso não só com os saques mas com a ajuda dos eruditos interessados em construir uma biblioteca onde o “saber desinteressado triunfa” (CANFORA, 2003, p. 80). A biblioteca de Pérgamo foi a segunda maior biblioteca da Antiguidade depois de Alexandria, com cerca de 200 mil volumes (MARTINS, 1998). Pérgamo foi totalmente esvaziada e dada como presente de casamento por Marco Antônio à rainha Cleópatra, que incorporou toda a coleção à sua já vultosa biblioteca de Alexandria. Se esta “doação” não tivesse ocorrido, uma parte significativa da história da cultura helenística poderia ter sobrevivido aos séculos, já que estaria preservada dos incêndios que consumiram a coleção no Egito.

Apesar da existência destas bibliotecas de missões semelhantes, as instituições que hoje chamamos “bibliotecas nacionais” têm suas origens nas coleções das famílias reais europeias, na transição para a era moderna. O exemplo mais emblemático é o da Biblioteca Nacional da França, cuja coleção, inspirada no “grande projeto de Alexandria” (CHARTIER, 1999, p. 118) começou a ser composta pelo rei Carlos V no século XIV e teve o acervo aberto ao público antes de 1700 (BIBLIOTHÈQUE, 2011). Por serem acervos literalmente ricos, de peças raras e exuberantes, uma das funções primordiais destas bibliotecas sempre foi a de preservação e difusão do patrimônio constituinte de seu acervo (FONSECA, 2007), o que ocorreu em paralelo com a consolidação dos Estados-Nação europeus e a constituição de uma identidade nacional em cada um destes Estados. Nesse movimento, a biblioteca tornou-se não só o símbolo do poder intelectual do país como um espelho de sua identidade como nação. Meneses (2007) aponta ainda o aparente paradoxo existente entre a consolidação de museus e bibliotecas e o momento histórico em que isso ocorreu: em pleno século XVIII, quando surgem “formalmente organizadas as instituições da memória”, a humanidade entra em plena crise da memória, com os traumas advindos da Revolução Francesa e os desafios da recente modernidade. O tempo não é mais fluido, fluxo ininterrupto, mas torna-se descontínuo, fragmentado.

O reconhecimento das bibliotecas nacionais, entretanto, foi sendo construído ao mesmo tempo em que suas funções foram mudando sem que fossem formalmente reconhecidas e demarcadas. Depois do pioneiro livro de Arundell Esdaile sobre o tema, publicado em 1934, em 1952 a Conferência Geral da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (Ifla) votou pela criação de uma seção combinada de bibliotecas nacionais e universitárias, incluindo definitivamente a questão da biblioteca nacional na pauta do evento. Em 1955, o periódico *Library Trends* publicou um número especial sobre

bibliotecas nacionais (LIBRARY TRENDS, 1955). No fascículo, o editor David C. Mearns admite que no início nenhuma abordagem explícita sobre bibliotecas nacionais havia sido definida pelo corpo editorial. Entretanto, percebeu-se que o assunto precisava de uma abordagem que fosse a mais extensa possível, a fim de cobrir não só aspectos descritivos mas também projetar tendências e mudanças em foco. Para alcançar este objetivo, vinte e cinco especialistas do mundo todo foram convidados a contribuir em quatorze tópicos pré-definidos, que incluíam conceitos atuais sobre o papel da biblioteca nacional na política do seu país e sua missão para com a nação, políticas de aquisição de materiais, políticas e práticas técnicas e relações interinstitucionais. As duas principais funções citadas pelos especialistas foram a acumulação da produção intelectual do país a que as bibliotecas servem e a utilização deste material para atender as necessidades dos usuários da nação. No mesmo ano, o Congresso da Ifla aconteceu em Bruxelas, e pela primeira vez uma resolução sobre problemas das bibliotecas nacionais foi discutida. Este marco ensejou a organização do Simpósio de Bibliotecas Nacionais da Europa, que ocorreria três anos depois.

2 O COLÓQUIO DE VIENA DE 1958

Em 1958, teve lugar em Viena o Colóquio sobre Bibliotecas Nacionais da Europa, promovido pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Admitindo que “ainda não sabemos o que é de fato uma biblioteca nacional” (BOURGEOIS, 1958, p. 2), o evento estruturou-se para responder perguntas que moviam a biblioteca nacional do status de problema abstrato para a realidade prática. Francis (1958) considerou que se fazia necessária a revisão do papel das bibliotecas nacionais a partir do desenvolvimento dos conceitos que envolvem os serviços bibliotecários, em particular a partir do início da Segunda Guerra Mundial. A organização do Colóquio teve em vista basicamente o reconhecimento da diversidade de atuações que a Unesco tinha no campo da biblioteconomia nos mais diversos países, bem como a importância que a Ifla, associação fundada em 1927, dispunha à questão. Em suma, o objetivo do Colóquio era

reavaliar a biblioteca nacional como instituição, a fim de verificar como ela se ajustou às mudanças sociais e como alguns dos conceitos tradicionais que permeiam suas atividades foram afetados pela sempre crescente produção de materiais impressos e as exigências da pesquisa moderna. (UNESCO, 1958, p. 1)

O programa do Colóquio foi estruturado em seis grandes sessões: papel da Biblioteca Nacional e atividades bibliográficas em um país; a biblioteca nacional como centro nacional de informação bibliográfica; bibliografia nacional e bibliografias especializadas; problemas de catalogação e classificação; novos métodos e técnicas de classificação e recuperação da informação; responsabilidades das bibliotecas nacionais nas atividades bibliográficas frente à cooperação internacional.

Uma lista das “possíveis tarefas e responsabilidades” de uma biblioteca nacional foi redigida pelo grupo relatado por Stummvoll (1958, p. 2) no Colóquio de 1958, cuja tarefa era justamente a de mapear o papel da biblioteca nacional no sistema de bibliotecas de um país. Segundo o grupo, as tarefas seriam: coletar a literatura nacional; editar periodicamente a bibliografia nacional, que ajudaria na compilação de estatísticas de produção editorial; preservar e ampliar as coleções de livros estrangeiros; estabelecer um centro de informação bibliográfica, responsável pelo desenvolvimento de catálogos coletivos de livros e periódicos em níveis local, regional ou estadual, anexo à biblioteca nacional quando apropriado; disponibilizar as autoridades utilizadas para o público; estabelecer serviços eficientes em diversas áreas, tais como impressão de catálogos, difusão de informação sobre a biblioteca e atendimento ao público, com apoio de rádio e televisão.

Para o financiamento de suas atividades, o grupo sugere que a biblioteca não dependa exclusivamente do aporte governamental, mas que solicite doações de “pessoas ricas, bibliófilos, etc” (STUMMVOLL, 1958, p. 3) para criar um círculo de amigos da biblioteca. Com a ajuda deste grupo, seria possível então investir na divulgação e programação cultural da biblioteca. O grupo também considerou que os materiais técnicos, em particular os de preservação, deveriam ser de ponta.

Até o momento, falamos somente das tarefas que o grupo considerou primordiais. Ainda houve recomendações quanto à impressão de fichas catalográficas e índices de assuntos, criação de centros de intercâmbio internacional (que no Brasil já existia por força de lei desde 1931), capacitação de bibliotecários e captação dos materiais necessários a esta capacitação e, por fim, a biblioteca deveria também abrigar uma entidade associativa dos bibliotecários em nível nacional, que deveria ser associada à IFLA. Também foram mapeados alguns dos principais problemas das bibliotecas nacionais, relacionados principalmente ao volume crescente de material armazenado e a variedade de materiais de tratamento específico em cada coleção. Francis (1958), no relatório de seu grupo, relaciona as questões do tamanho do acervo com as ideias iniciais de Panizzi quanto ao papel das bibliotecas nacionais. Em seu grupo de trabalho, assinalou-se que a revisão da ideia da biblioteca aberta para estudo deveria

ser revisada, principalmente considerando-se que foi concebida para bibliotecas muito menores, com muito menos material e para atender usuários com necessidades muito distintas das do final da década de 50.

Na esteira deste pensamento, Francis (1958, p. 2) complementa:

A fragmentação do conhecimento é tão ampla, e o lançamento de material impresso tão grande, que as bibliotecas se encontram à beira da impossibilidade, por falta de recursos e de pessoal, de manter coleções abrangentes, mesmo dos assuntos que sempre costumavam considerar apropriado manter. (tradução nossa)

Em conclusão, o que o grupo coordenado por Francis diz é que sequer os usuários especializados têm mais interesse em vasculhar grandes coleções, mas precisam de acesso mais fácil e global aos pesados catálogos das bibliotecas – uma perspectiva do que viria a ser a principal facilidade proporcionada pelo avanço massivo da tecnologia na década seguinte: as redes de informação e comunicação. Para facilitar a vida do usuário, Francis aposta que o principal esforço das bibliotecas nacionais deveria ser no sentido de desenvolver serviços de referência que pudessem indicar aos usuários onde está o principal material de que necessitam, ao mesmo tempo em que sua coleção complementa as coleções especializadas que indicam aos usuários. Além disso, ele aponta que um segundo grande investimento deveria ser feito pelas bibliotecas nacionais, no sentido de construir e organizar um sistema de cooperação nacional, partindo do princípio já defendido de que é praticamente impossível criar uma biblioteca universal.

O segundo grupo do Colóquio, encarregado de discutir as atividades bibliográficas das bibliotecas nacionais, fez um roteiro de questões a debater com base nas discussões dos outros grupos. As questões são interessantes principalmente por parecerem às vezes óbvias, à luz das práticas atuais. Destacam-se dúvidas sobre o real papel da biblioteca nacional como agência bibliográfica; se é de sua verdadeira competência a edição de bibliografias retrospectivas e especializadas (e de quem seria essa responsabilidade); se a biblioteca nacional deveria coordenar o sistema de bibliotecas do país, e como fazê-lo; por que a biblioteca nacional deveria ser o centro de informação bibliográfica do país; a quem fornecer a informação bibliográfica gerada na biblioteca; que tipo de material incluir numa bibliografia nacional. Também sugere-se discussões sobre práticas técnicas como classificação e catalogação, indicando que uma unificação de procedimentos seria desejável; os efeitos dos novos métodos e técnicas de trabalho bibliográfico nas bibliotecas nacionais e a responsabilidade da biblioteca nacional no intercâmbio bibliográfico internacional.

3 A CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO DE 1970

As recomendações e conclusões do Colóquio de Viena de 1958 foram revistas e tornadas mais objetivas doze anos depois, na Conferência Geral da Unesco de 1970. Na ocasião, a Conferência Geral da Unesco considerou de sua competência, e necessário naquele momento, redigir uma recomendação para a padronização internacional das estatísticas em bibliotecas. Entendeu a Conferência que as estatísticas eram instrumentos essenciais para apurar a influência de cada um dos tipos de bibliotecas nos países-membros, a fim de auxiliar as autoridades responsáveis por reportar à Unesco a situação de suas bibliotecas.

Para tanto, a Conferência Geral redigiu uma seção específica de definições a serem utilizadas a partir daquela recomendação, bem como uma classificação dos tipos de bibliotecas que deveriam ser inclusos nos relatórios dos países-membros. Este documento classifica as Bibliotecas Nacionais como aquelas

bibliotecas que, independentemente de seu título, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações importantes impressas no país e que funcionam como “biblioteca de depósito”, por força de lei ou outros dispositivos. Além disto, elas normalmente executam algumas das seguintes funções: elaborar uma bibliografia nacional; reunir e manter atualizada uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras que inclua livros relativos ao próprio país; atuar como centro nacional de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos; publicar a bibliografia nacional retrospectiva. Bibliotecas chamadas “nacionais” mas cujas funções não correspondem às definições acima não deveriam ser colocadas na categoria de “bibliotecas nacionais” (UNESCO, 1970, p. 145. Tradução nossa)

Verifica-se, portanto, que a condição primordial que definiu uma biblioteca como nacional é o fato da instituição ser depositária da produção intelectual de um país. Este depósito garantiria, nas palavras de Lor (1997), que a biblioteca nacional fosse o principal museu do livro da nação, contendo uma alta concentração de tesouros nacionais. Sylvestre assinala que esta definição acabou por excluir bibliotecas em geral consideradas “nacionais”, como a Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos, mas incluiu outras que sequer são oficialmente designadas como nacionais, como a Biblioteca da Universidade de Helsinki. Na verdade, segundo o autor, em países em desenvolvimento as bibliotecas universitárias são, por vezes, as únicas bibliotecas disponíveis para exercer de fato o papel de bibliotecas nacionais (SYLVESTRE, 1987, p. 2).

Concomitante e consequentemente a sua função de “museu do livro”, a compilação da bibliografia nacional e, portanto, o controle bibliográfico, também são prerrogativas das bibliotecas ditas “nacionais”. A tarefa de difundir a produção bibliográfica de um país é complexa e dispendiosa, mas “essencial” e “somente elas [as bibliotecas nacionais], dentro de um país, têm o poder e o dever de realizar, pois somente elas assegurariam a exaustividade de uma coleção nacional” (BRAULT, 1998, p. 64). Lembremos que esta exaustividade é garantida pela responsabilidade de ser depositária da produção intelectual da nação. Essa exaustividade na captação da produção editorial e a consequente geração dos registros bibliográficos relativos ao material captado é que faz uma biblioteca nacional exercer o papel de *centro bibliográfico nacional*. Como tal, fica a biblioteca nacional responsável pela geração de registros bibliográficos dentro dos mais altos padrões de qualidade e disponíveis para utilização de quaisquer outras bibliotecas, seguindo os parâmetros daquilo que, hoje em dia, ganhou o nome de “interoperabilidade” de dados.

Anderson (1977), autora dedicada ao tema do controle bibliográfico universal, em seu artigo “The Role of National Bibliographic Center” trata exclusivamente desta tarefa própria das bibliotecas nacionais. O papel de agência bibliográfica nacional foi delegada enfaticamente nos anos 1970, quando a parceria entre Unesco e Ifla criaram o projeto Controle Bibliográfico Universal (CBU). O objetivo do projeto era fomentar a cooperação internacional de modo que os catálogos e bibliografias nacionais se complementassem a ponto de oferecer o panorama mais exaustivo possível da produção editorial mundial – uma tentativa de perseguir o sonho do catálogo universal de Otlet e La Fontaine. O programa CBU foi fechado em 2003 e incorporado ao grupo de discussão sobre padrões bibliográficos, sendo descontinuado em 2011 – curiosamente, ao mesmo tempo em que toma corpo a ideia de revitalizar o Controle Bibliográfico Universal e a seção de Bibliografia da Ifla (INTERNATIONAL FEDERATION..., 2004).

Enquanto diretora do Escritório Universal da Ifla para o Controle Bibliográfico Universal, Anderson entendia que no topo de um sistema de bibliotecas nacional estava uma biblioteca nacional, “destacada pela dignidade de seu prédio, pela riqueza de suas coleções, pela fartura de seus recursos, e pela qualidade de seu corpo de pesquisadores” (ANDERSON, 1977, p. 645) – uma visão ultrapassada que não correspondia a realidade em muitos países; afinal, a discussão sobre o papel e as funções das bibliotecas nacionais era uma questão muito recente. Enfatizando o tema que lhe cabia – o CBU e a cooperação internacional – a autora coloca com muita propriedade:

O Controle Bibliográfico Nacional pode ser considerado uma continuação de linhas paralelas, cada linha sendo desenhada pelo item literário em si na medida em que progride na mente de cada autor... A outra linha é resultante do substituto do item, seu registro bibliográfico. A primeira linha segue sempre em frente... é a linha do caminho tomado pelo substituto e o substituto em si que devem ser a preocupação principal (ANDERSON, 1977, p. 648, tradução nossa).

Em outras palavras, Anderson está interessada na qualidade daquilo que virá a espelhar a obra para o usuário – o registro bibliográfico, a ficha catalográfica – a fim de que ele possa escolher o que consultar sem necessariamente percorrer estantes a fio atrás do que não sabe se realmente precisa. Repetindo a preocupação de Chaplin (1958), Anderson retoma, quase vinte anos depois, a importância do controle de autoridades como ferramenta indispensável para um controle bibliográfico realmente eficaz. E mais: coloca que a tarefa é tão importante que deveria ser prioritária na catalogação desenvolvida na instituição. Para ela, seria interessante manter junto ao centro de informação bibliográfica a geração de fichas de catalogação na publicação, algo que no Brasil revelou-se inviável e foi delegado a outras entidades e profissionais bibliotecários autônomos.

Retornando ao tema da exaustividade da bibliografia que uma biblioteca nacional pode produzir, lembremos que esta só é possível porque as bibliotecas nacionais são, em tese, as depositárias de toda a produção intelectual do país a que pertencem. Diversos países têm dispositivos que regulam o chamado “depósito legal”, como Portugal, Espanha, Polônia, Estados Unidos e quase todos os países da América Latina. No Brasil, mecanismos semelhantes ao depósito legal existem desde o início do século XIX. O depósito legal garante que as coleções das bibliotecas nacionais sejam caracteristicamente enciclopédicas, frequentemente constituindo o maior acervo do país. Entretanto, nada impede que a biblioteca nacional tenha uma coleção geral e seja apoiada por instituições especializadas em determinadas áreas para cobrir aspectos pouco contemplados em seu acervo. Importante é salientar, novamente, que o que determina que uma biblioteca seja dita nacional é o fato dela “adquirir, preservar e dar acesso às publicações do país” (SYLVESTRE, 1987, p. 8), além de outras tarefas que pode exercer ou delegar. A lista de publicações que Sylvestre inclui como passíveis de depósito é bastante extensa:

publicações sobre todos os assuntos, em todas as formas e línguas (exceção feita para algumas categorias de material impresso para fins pessoais ou de natureza comercial listados abaixo). Publicações incluem não somente os formatos tradicionais de comunicação e informação impressa, como livros, panfletos, revistas e jornais, almanaques, livros do ano, mapas, incluindo

aqueles impressos por todos os níveis governamentais (nacional, estadual, local), microformas, mas também partituras, gravações sonoras, filmes, fitas de vídeo, kits educacionais, impressos e publicações sob demanda (texto armazenado eletronicamente, cujas cópias são impressas quando requerido). [...] O fato é que as políticas de desenvolvimento de coleções variam de país para país, tanto em entendimento quanto em práticas institucionais. (SYLVESTRE, 1987, p. 10, tradução nossa)

Infelizmente, é muito difícil que uma biblioteca consiga ter uma coleção de tamanha extensão como a proposta por Sylvestre, por óbvias questões de impossibilidade de armazenamento, preservação e tratamento técnico de tantos tipos de suporte. Mesmo que não se cumpra o depósito deste grande rol de documentos, o próprio Sylvestre aponta o que Humphreys (1987, p. 59) também coloca: na definição de bibliotecas nacionais da Unesco, é de responsabilidade da biblioteca recolher e manter todo o material “importante” impresso no país. Mas como definir o que é importante? Na dúvida, comissões de seleção de acervo são formadas, políticas de desenvolvimento de coleções são redigidas, todo o cuidado é tomado na hora de selecionar o acervo; nenhum bibliotecário gostaria de pensar que falta algo ao patrimônio intelectual de seu país por sua ingerência na seleção de acervo.

O que vimos neste breve histórico foi resumido por Humphreys (1987) de maneira muito eficaz. Para ele, houve três estágios na evolução do conceito de biblioteca nacional; primeiramente, passamos pelo modelo original proposto por Panizzi, de instituições independentes, com autossuficiência para armazenagem de material; em seguida, vemos o perfil da instituição empenhada em cooperação em nível internacional e preocupada com a oferta de recursos, defendida pelo Colóquio de Viena em 1958; por fim, chegamos à biblioteca como centro nacional de informações bibliográficas com todas as implicações desta responsabilidade – basicamente, captar, preservar e prover acesso aos materiais nela depositados.

Ao longo do tempo, como vimos, as bibliotecas nacionais têm ensejado diversos movimentos dentro das associações bibliotecárias, bem como fomentado movimentos associativos de caráter temático, por assim dizer. A Seção de Bibliotecas Nacionais e Universitárias da Ifla foi transformada em Seção de Bibliotecas Nacionais, no âmbito da Divisão de Tipos de Bibliotecas, e trabalha conjuntamente com a Conferência dos Diretores de Bibliotecas Nacionais (CDNL), entidade independente criada em 1974 para facilitar o diálogo e a cooperação entre gestores de bibliotecas nacionais do mundo todo. Em nível regional, ainda na década de 70 foi criada a Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais da Ásia e Oceania (CDNLAO); em 1987, nasceu a Conferência de Bibliotecários

Nacionais Europeus (CENL); e em 1992, a Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (Abinia), da qual o Brasil é país fundador.

4 BIBLIOTECAS NACIONAIS, UM BEM PÚBLICO

Com a amplitude de recursos que uma biblioteca nacional é capaz de captar e preservar, entendemos que a coleção de uma Biblioteca Nacional constitui, estendendo o conceito de Douglas (2007), um bem público. Para a autora, bem público é aquele que deve beneficiar a todos, ou pelo menos ser acessível a todos – algo que, sem dúvida, é um dos objetivos da manutenção dos acervos das Bibliotecas. Segundo ela,

[...] o conceito se baseou em três formulações complexas e distintas: primeiro, que o suprimento de um bem não é diminuído pelo consumo individual; segundo, que um dos lados não pode reivindicar um reembolso pelo fato de o ter produzido, já que ele é propiciado pela coletividade; e terceiro, que nenhum membro da coletividade pode ser excluído de seu uso. (DOUGLAS, 2007, p. 34)

Vejamos: o acervo de uma Biblioteca, salvo em caso de furtos ou danos às peças, não diminui pelo consumo individual – a consulta que todo usuário pode realizar. Ninguém pode reivindicar nenhum reembolso de nenhuma natureza à Biblioteca, uma vez que seu acervo é constituído de um bem comum construído através, principalmente, do depósito legal – ou seja, da contribuição da coletividade de autores, publicadores e impressores. Por último, o acesso ao acervo da Biblioteca Nacional é, pela essência da própria instituição, franqueado a qualquer interessado – e este acesso vem sendo facilitado mais e mais com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, que permitem que ele ocorra até a distância. Conforme salientamos, o acesso é franqueado por se tratar de uma biblioteca nacional, apesar de, como já citamos, seu acervo se destine à pesquisa especializada, de pesquisadores de alto nível que necessitem de acesso àquele acervo em particular. Cada biblioteca de outra natureza – pública ou privada, especializada (no sentido de constituída basicamente de um assunto em particular), universitária – tem suas próprias regras e pode solicitar contribuições financeiras não só para a manutenção de seu acervo, mas como um item de finalidade educativa – caso, em geral, das multas por atraso ou dano ao material.

Para Sylvestre (1987), a manutenção destes acervos deveria partir também, idealmente, dos governos nacionais, que deveriam assegurar, através de depósito legal ou

outros mecanismos, que todas as publicações fossem adquiridas, preservadas e acessíveis em uma Biblioteca Nacional. A manutenção dos tesouros bibliográficos do acervo de uma biblioteca nacional entra, eventualmente, em disputa com outra das missões da biblioteca: a de prover acesso à informação de que dispõe. Brault, deparando-se com o início da era das redes digitais e escrevendo às vésperas do século XXI, reflete sobre os limites da preservação documental:

A presença desses diversos tipos de documentos levanta o problema de sua conservação. E o aparecimento de novas espécies como, por exemplo, os documentos em suporte informático, não simplifica a tarefa. Porque, sabe-se quão paradoxal é a função assumida pelas bibliotecas nacionais: conservar, durante um período indefinido, documentos concebidos para uma duração limitada. E, ao mesmo tempo, colocar à disposição dos leitores, documentos cuja conservação exige mil precauções e um meticuloso cuidado. (1998, p. 62, tradução nossa)

No mesmo documento, o autor também destaca a importância e a necessidade de parcerias entre as bibliotecas e os mais diversos especialistas do livro, a fim de proteger os acervos e recuperá-los, se for o caso. Para ele, é imperioso “gravar no frontispício de todas as bibliotecas nacionais o dever imperativo da conservação do patrimônio documental nacional” (p. 63). Em casos cada vez mais comuns de bibliotecas nacionais (como, por exemplo, na Biblioteca Nacional do Brasil), os setores de preservação e conservação têm se tornado peças inestimáveis, figuras protagonistas na ação nas bibliotecas em suas funções primordiais de conservação e preservação dos acervos a que se destinam.

Com o passar do tempo, as funções das bibliotecas nacionais foram se modificando, em virtude de fatores diversos como a queda dos orçamentos destinados a elas e a inserção das tecnologias nos processos. É bem verdade que em tempos de cooperação e de redes, não há nenhuma função da biblioteca nacional que não possa ser exercida por outros organismos. Nas palavras de Line (1993, p. 89),

as bibliotecas nacionais estão muito mais seriamente ameaçadas do que as demais bibliotecas, porque elas não têm um público alvo estabelecido, nenhuma instituição a servir; elas servem às *nações*, mas essas são entidades muito amplas e nebulosas para formar um eleitorado de fato. Falando friamente, as bibliotecas nacionais não têm “fã-clube” (tradução e grifo nossos)

Mesmo assim, alguns autores apostam na perenidade da importância e do reconhecimento das bibliotecas nacionais como representantes legítimas da cultura de uma

nação. Brault (1998), por exemplo, acredita que “a atitude do ser humano face ao patrimônio documentário revelará o nível de sua evolução cultural” (p. 61). Para ele, é desejável que uma instituição como a biblioteca nacional mantenha-se ocupada com a captação e preservação dos escritos do país a que se dedica. Mas questiona: “O que serão as bibliotecas nacionais do próximo milênio?” (p. 62) Quais serão os suportes que as bibliotecas captarão? Continuarão usando o nome biblioteca ou se tornarão midiatecas? Para ele, “as bibliotecas nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco” (p. 64). Como comenta Trigo (2004, p. 21): “de certa forma, a história de uma Biblioteca é também a história de suas tecnologias”.

A preservação da biblioteca, lugar de memória por excelência, atende àquela necessidade de manutenção de um meio de transmissão de valores nesta nova configuração social, pós-moderna e acelerada, em que não há mais meios de memória, como aponta Nora (1993). É na biblioteca, repositório físico de produção intelectual, que repousa a memória da sociedade em que ela se insere; e apesar da vocação de biblioteca-museu que permeia uma Biblioteca Nacional, o que nela se mantém é memória, e não a história – a “memória do mundo”, como cita M’Bow (1977, p. 2). Como lembra Nora (1993), em tudo estas – memória e história – se opõem, sendo aquela viva, reconfigurável, mutável, enquanto esta é estanque, a “reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais” (p. 9). Ora, num lugar em que a acumulação é permanente, dinâmica, e se pretende exaustiva, não se pode entender a coleção como um espelho histórico e sim memorial, pois em constante crescimento.

Embora fortemente calcados num momento histórico particularmente pontuado na história francesa – o aniversário da Revolução Francesa, iniciada em 1789 – os escritos de Nora são importantes para entendermos a dinâmica do local de memória que aqui referimos e tentamos compreender. Para ele, um lugar de memória só funciona deste modo se estiver imbuído de uma aura simbólica; ou seja, pode não necessariamente ser um lugar em si, mas um objeto ritualístico ou um minuto de silêncio. Diz ele: “O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital e nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (1990, p. 12). Com isto, Nora aponta o fim de dois movimentos: o historiográfico, onde a história reflete sobre si mesma, e o histórico, dotado de um capital de memória; ambos, contidos nos lugares que nos remetem aos instrumentos de base histórica e simbólica contidos em nossa memória.

De volta aos lugares de memória, Nora considera que para eles três facetas convergem, em maior ou menor grau: a material, a simbólica e a funcional. Constituídos por

um jogo entre história e memória e embebidos da vontade de memória – caso contrário, são apenas lugares de história -, cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento e acumular sentidos, sem perder sua vocação para a constante metamorfose e ressignificação. É o caso da Biblioteca Nacional, uma instituição permanentemente em reconfiguração, vivida de um ponto de vista coletivo: de seu atendimento, de seus serviços, do afeto e da afeição que desperta em seu público, da acumulação de materiais e conhecimentos que constantemente altera o status de seu acervo – ou de seu patrimônio, melhor dizendo.

5 A CRISE DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS

Se o fato das bibliotecas nacionais serem organismo constituinte da identidade de uma nação poderia contrapor a falta de identidade das próprias bibliotecas, mantida por um longo período, isto de fato aconteceu e teve consequências críticas. Dainton, no prefácio escrito para Humphreys (1987), afirmava categoricamente: “As bibliotecas nacionais estão em crise por toda a parte” (HUMPHREYS, 1987, p. vii). O autor atribui essa crise a um certo apego ao passado, à herança das bibliotecas reais que eram basicamente pautadas pelo papel de representantes de uma identidade nacional sem, no entanto, possuírem uma missão institucional claramente definida. Com isso, Dainton identifica o declínio dos aportes financeiros que deveriam ser providos pelo Estado, o que torna o objetivo de formar uma coleção extensa e rica praticamente inviável. Além disso, Dainton verifica os problemas decorrentes justamente do tamanho das coleções e das dificuldades de processamento técnico, conservação e armazenamento de materiais que são incessantemente incorporados por força do depósito legal, além dos desafios de incorporar as novas tecnologias ao atendimento dos usuários, cada vez mais exigentes.

Humphreys (1987) atribui o problema identitário das bibliotecas nacionais ao histórico da dificuldade de definir o que de fato é uma biblioteca nacional e suas atribuições, que já comentei aqui e que foram os temas principais do Colóquio de 1958 e da Convenção da Unesco de 1970. O autor coloca que os problemas para estabelecer parâmetros consistentes para as bibliotecas nacionais decorrem principalmente de sua variedade de origens nas diferentes nações e o apartamento da biblioteca de seus usuários, uma vez que ela não possui usuários bem definidos para usufruir de seus acervos – apesar de ser consenso que um acervo rico, precioso e de missão prioritária a conservação deveria ser manipulado exclusivamente por usuários altamente qualificados, pesquisadores de ponta, e não usuários comuns cujas

necessidades informacionais poderiam ser resolvidas por um sistema eficiente de bibliotecas públicas.

De fato, como constata Shera (*apud* FONSECA, 2007), estamos numa era em que as crianças não são estimuladas a frequentar bibliotecas e, portanto, não têm noção do que é, de fato, uma biblioteca, suas funções, suas possibilidades, as diferenças entre cada tipo de biblioteca. Fonseca completa:

Está nas observações e na pergunta de Jesse H. Shera a explicação mais plausível para a pouca ou nenhuma atenção que as autoridades brasileiras – até mesmo as dos *ministérios chamados da Educação e da Cultura* – dispensam às nossas bibliotecas: já que delas não se beneficiaram na infância e na mocidade, como podem, depois de adultos, avaliar sua importância que, no máximo, apenas platonicamente admitem? Infelizmente, desse desconhecimento padecem tanto autoridades governamentais como profissionais do mais alto nível. (FONSECA, 2007, p. 51, grifo do autor)

Ao manifesto de Edson Nery da Fonseca juntam-se críticas de outros expoentes da biblioteconomia brasileira, que responsabilizam a gestão pública pelo mau momento enfrentado pelas bibliotecas. É o caso de Rubens Borba de Moraes, já apontado como um dos grandes diretores da Biblioteca Nacional, cuja gestão ocorreu entre 1945 e 1947. Em seu livro “O Bibliófilo Aprendiz”, Moraes comenta, remontando o início do colecionismo que gerou as grandes bibliotecas: “No Brasil, então, onde a administração pública, além de ignorante é desmazelada e demagógica, se não fosse o colecionador particular, o bicho, a sujeira e o clima destruiriam tudo que o nosso passado nos legou” (MORAES, 2005, p. 18).

De fato, as últimas eleições para presidente da República demonstraram que a preocupação com as bibliotecas passou ao largo dos planos de governo propostos pelos candidatos: apenas um, entre seis, mencionou a palavra “biblioteca” no documento apresentado ao TSE e disponibilizado no site do Tribunal para consulta dos eleitores (MURAKAMI, 2014). No ano anterior, um editorial de opinião de um grande jornal iniciou com a frase “O descaso das autoridades em relação à preservação da história do Brasil pode muito bem ser simbolizado pela degradação da Biblioteca Nacional” (A CRISE, 2013). Outro perigo que correm as bibliotecas nacionais está na própria formação dos bibliotecários, treinados em escolas onde já não se fala sobre bibliotecas nacionais. Monte-Mór (1987) já chamava a atenção para este problema, percebido por ela particularmente no Estado do Rio de Janeiro:

A transferência [do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para a Fefieg, atual Unirio, em 1969] provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de “BIBLIOTECA

NACIONAL” para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio. (MONTE-MÓR, 1987, p. 170, grifo da autora).

Aparentemente o avançar do tempo não melhorou a percepção do problema, em nível mundial. Fuentes Romero, apesar de escrever na alvorada do século XXI, reportou em 2005 as colocações de Natalia Tyulina, bibliotecária soviética que, em 1976, elencou as causas da crise identificada nas bibliotecas nacionais. Para ela, o problema tinha fundos de três origens: sociais (o crescimento do número de pesquisadores, que criou a necessidade de ampliação do uso de fontes de informação), científicas (o progresso científico desenfreado gerou dificuldades para as bibliotecas, praticamente impossibilitadas de acompanhar o crescimento da produção científica com suas possibilidades de aquisição) e biblioteconômicas (as causas anteriores fomentaram o desenvolvimento e estabelecimento das bibliotecas especializadas, mais aptas a atender o público científico; enquanto isso, o conjunto das causas exigiu o crescimento das redes de cooperação entre bibliotecas, organismos dos quais as bibliotecas nacionais tradicionalmente não faziam parte).

Embora sigam afetadas pelos problemas, as bibliotecas nacionais ainda têm qualidades particulares que as sustentam. Tyulina identifica principalmente a especificidade da constituição do acervo, o mais completo possível e enciclopédico, que tornou as bibliotecas nacionais organizações sem par nos seus sistemas nacionais; além disso, as coleções de literatura estrangeira, acumuladas durante anos, também são geralmente únicas. Em terceiro lugar, ela aponta que a gama de conhecimentos coberta pelas coleções das bibliotecas nacionais garante o atendimento de públicos que não necessariamente contam com bibliotecas especializadas para si. Por fim, o nível de expertise necessário para gerenciar uma unidade de informação tão peculiar pode fazer com que o corpo técnico de uma biblioteca nacional seja o mais qualificado para exercer papéis institucionais de centralização, proposição de padrões e coordenação das atividades bibliotecárias do sistema nacional.

Podemos também atribuir causas de ordem sociológica à pouca visibilidade dispensada às bibliotecas nacionais e, por que não dizer, às bibliotecas em geral. Vargas Llosa (2013) diria que, na sociedade do espetáculo, a atividade intelectual está em declínio, em detrimento do espetáculo, da figura espetaculosa e feérica, da falta de reflexão, da volatilidade do pensamento. Seguindo o raciocínio de Meneses (2007), isso pode acabar trazendo complicações graves. Ao relegar as bibliotecas a planos inferiores dentro de suas gestões, não acabariam os Estados impondo (não)memorabilidades – características do que é memorável - aos acervos?

Em resumo, no meio do contrassenso causado por afirmações tão díspares quanto “a biblioteca nacional é uma das partes mais importantes do sistema bibliotecário do país” e “a biblioteca nacional é um fenômeno arcaico, ineficaz e moribundo” (FUENTES ROMERO, 2005, p. 140), parece ser quase lugar comum identificar que sim, há uma crise em curso nas bibliotecas nacionais. Como já vimos, o Brasil não escapou de encará-la e pensá-la, tanto na teoria quanto na prática: acadêmicos como Edson Nery da Fonseca e profissionais como Jannice Monte-Mór deram suas versões para o fenômeno. Cabe agora aos bibliotecários atuar de modo a não permitir que a crise se aprofunde a ponto de inviabilizar o papel das bibliotecas nas sociedades.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Dorothy. The Role of the National Bibliographical Center. **Library Trends**, v. 25, p. 645-662, jan. 1977.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. 2011. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Biblioth%C3%A8que_nationale_de_France>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BOURGEOIS, Pierre. Introduction to the Symposium on National Libraries in Europe. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

BRAULT, Jean-Rémy. A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 1998.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve História do Livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CANFORA, Luciano. **Livro e Liberdade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Ateliê Editorial, 2003.

CHAPLIN, A. H. Cataloguing principles on which agreement can be reached. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. 5. reimp. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

A CRISE da Biblioteca Nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-crise-da-biblioteca-nacional-imp-,980444>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2007.

ESDAILE, Arundell. **National libraries of the world**: their history, administration and public services. 2. ed. completely rev. London: The Library Association, 1957.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: B. Lemos, 2007.

FRANCIS, F. C. Introduction to the work of group I: the organization of national libraries and general questions. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958. p. 1-7.

FUENTES ROMERO, Juan José. Bibliotecas nacionales y sociedad del conocimiento: perspectivas de futuro. **Revista Interamericana da Biblioteca de Medellín**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 135-156, jul./dic. 2005.

HUMPHREYS, K. W. **A national library in theory and in practice**. London: The British Library 1987.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Professional Statement on UBC**. Paris: 2004. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/ifla-professional-statement-on-ubc>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.

LIBRARY TRENDS. Current trends in national libraries. Urbana, Illinois, v. 4, n. 1, jul. 1955.

LINE, Maurice B. The changing role of National Libraries. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATIONAL LIBRARIES: towards the 21st century, Taipei, Apr 20-24. **Proceedings...** Taipei, 1993. p. 87-104.

M'BOW, Amadou-Mahtar. **Opening session of the World Congress of Librarians**. Brussels, 1977.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1998.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

MORAES, Rubens Borba de. **O Bibliófilo Aprendiz**. 4. ed. São Paulo: Casa da Palavra, 2005.

MURAKAMI, Tiago. Bibliotecas nas Propostas de Governo dos Candidatos à Presidência nas Eleições de 2014. **Bibliotecários sem Fronteiras**. 30 ago. 2014. Disponível em: <<http://bsf.org.br/2014/08/30/bibliotecas-nas-propostas-de-governo-dos-candidatos-a-presidencia-nas-eleicoes-de-2014/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

STUMMVOLL, Josef. The rôle of the national library in the library system of a country. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958. p. 1-7.

SYLVESTRE, Guy. **Guidelines for National Libraries**. Paris: Unesco, 1987.

TRIGO, Luciano. Biblioteca Nacional: um lugar de encontro de saberes. In: BIBLIOTECA NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2004. p. 7-24.

TYULINA, Natalia. National libraries. In: **ENCYCLOPEDIA of library and information science**. New York: CDC Press, 1976. v. 19, p. 94-113.

UNESCO. **Records of the General Conference: Sixteenth Session**, Paris, 12 October to 14 November 1970. Volume I: Resolutions. Paris: Unesco, 1971. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046E.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Civilização do Espetáculo**. São Paulo: Objetiva, 2013.